

Comentário de política nacional

Portugal encontra-se em período eleitoral e as várias forças políticas apresentam ao eleitorado as suas propostas para que o povo português escolha livremente pelo voto os deputados que o vão representar. O V Governo foi empossado já depois de ter sido anunciado, que se realizariam eleições intercalares. Foi designado para um mandato limitado e a Senhora Primeira Ministra chegou até a falar em Governo de 100 dias, ^{que} por sinal já passaram. Foi por isso, com alguma perplexidade que se começou a observar, que, esquecida ou não, das características especiais do seu Governo, a Enga. Pintassilgo, a certa altura do seu mandato, e a pretexto de contactar com as populações, entrava ela própria numa espécie de campanha eleitoral, em que elogiava alguns Presidentes de Câmara, fazia promessas que só no futuro poderiam ser cumpridas, expendia polémicas afirmações sobre a Constituição. Ao mesmo tempo, dando mostras de alguma falta de serenidade, ou de experiência política, não se coibiu de certos ataques a gestores bancários e até a sectores do seu próprio gabinete, que, veladamente, acusou de entravarem por razões económicas, as melhorias de carácter social, que seria desejo dela, implementar. É neste contexto que surge o chamado pacote social, asservo de medidas que a uma semana das eleições visam, na opinião de muitos observadores, a condicionar a actuação política e económica do Governo que resultar das eleições, seja ele qual fôr. Contra as autoridades económicas e financeiras foram tomadas decisões, de tipo demagógico, em alguns casos, por um Governo provisório, que deveria por isso mesmo, evitar comprometer o futuro. A forma como o partido socialista se apressou a saudar essas medidas, não pode deixar de ser notada, sobretudo ao saber-se, que, inexplicavelmente também, o Presidente da República convidou para jantar o Dr. Mário Soares. Como é evidente, foi dada imediata publicidade a tal encontro, que se concretiza, a uma semana do acto eleitoral e, aparentemente, porque o Secretário Geral do PS não quis, ou não pôde estar presente, nas comemorações do 25NOV. E, recorde-se, para fechar o triângulo, que Ramalho Eanes presidiu pela primeira vez a um Conselho de Ministros, do V Governo, precisamente o que aprovou o tal pacote social.

Os factos acabados de descrever, e que constituem o essencial da semana que passou, denotam para muitos observadores, que, objectivamente, o General Eanes e a sua Primeira Ministra, se estão a emiscuir na Campanha Eleitoral, de modo aliás, pouco discreto e ao fazê-lo revelam querer favorecer um dos contendores. Para uns isso dever-se-á a especial simpatia que terão pelas propostas socialistas. Para outros a razão estará em sentirem que a AD obterá uma vitória que sem essas intervenções ficaria facilitada. As razões, estas ou outras, são porém diferentes. O que não poderá deixar de se registrar, é que a uma semana do acto eleitoral, dois titulares de órgãos de soberania surgem à opinião pública com a aparência de estarem a ultrapassar as suas funções e a tomarem atitudes que poderão ser consideradas incompatíveis com a isenção inerente ao cargo que ocupam, num período eleitoral. Para evitar especulações, sempre inconvenientes, esperamos que atitudes deste tipo fiquem por aqui.

Fundação Cuidar o Futuro